



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2012
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre denúncia de trabalho análogo ao de escravo em obras do Programa Minha Casa Minha Vida.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Ministro do Trabalho e Emprego, **Sr. Brizola Neto**, sobre as denúncias publicadas pela Revista Veja, edição nº 2292, dando conta de que, entre outras ocorrências irregulares, em março do ano passado fiscais do Ministério depararam com cenas constrangedoras em Americana, interior de São Paulo, no canteiro de obras da empreiteira MRV, responsável pela construção de residências do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. Segundo a publicação, na ocasião teriam sido resgatados 64 trabalhadores mantidos em condições tão precárias que, tecnicamente, são descritas como “análogas à escravidão”.

Diante das referidas denúncias solicitamos resposta aos seguintes questionamentos:

1. Se o Ministério tem conhecimento de que as empresas terceirizadas para as obras do programa “Minha Casa, Minha Vida”, em Americana (SP), são constituídas por ex-funcionários da empresa MRV.
2. Quando o Ministério tomou conhecimento das denúncias ora publicadas pela Revista, e quais providências foram adotadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3. Se, de fato, a construtora MRV foi colocada na lista das empresas que mantêm seus empregados em condições degradantes, ou seja, na chamada “lista suja”.

4. Se o senhor Ministro Brizola Neto recebeu a visita do Sr. Rubens Menin, dono da empresa MRV. Em caso afirmativo, quais assuntos foram tratados na referida reunião?

5. A ex-secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, senhora Vera Lúcia Albuquerque, declarou ter sofrido pressões pelos assessores do ministro. Esse foi um dos motivos que a levaram a pedir exoneração do cargo. Essas informações procedem? O Ministério adotou alguma medida para apoiá-la ou para investigar os responsáveis pela pressão?

6. Se o Ministério do Trabalho tem conhecimento sobre a falta de pagamento dos salários e a retenção da carteira de trabalho, e sobre as péssimas condições de higiene, além de que comida estragada era servida aos trabalhadores no alojamento da citada obra no município de Americana.

7. Panorama geral das condições atuais disponibilizadas aos trabalhadores pelas empresas responsáveis pelas obras do programa “Minha Casa, Minha Vida” tanto em Americana como em outros municípios brasileiros. O Ministério tem conhecimento de casos de suspeita de trabalho análogo ao de escravo em outros canteiros de obras do programa, como em Penedo (AL)?

8. Eventuais ações que o Ministério está tomando para fiscalizar e reparar as irregularidades em obras do programa “Minha Casa, Minha Vida” que vem sendo denunciadas.

JUSTIFICATIVA

Na sua edição nº 2292, a revista Veja denuncia uma série de irregularidades que estariam sendo cometidas em obras do programa “Minha



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Casa, Minha Vida”, o principal programa habitacional do governo federal. Entre elas, a reportagem constatou falta de pagamento de salários, retenção da carteira de trabalho, inadequadas condições de higiene, comida de má qualidade e estragada servida aos trabalhadores, entre outras. Ao todo, a fiscalização listou 44 infrações na obra de Americana (SP), comprovadas por meio de fotografias e depoimentos dos trabalhadores, que mencionaram ainda terem seu direito de locomoção restringido e a retenção de suas carteiras de trabalho, em razão de dívidas contraídas com o empregador.

Além disso, os fiscais constaram que a construtora em questão utilizou empresas terceirizadas para diminuir custos trabalhistas na citada obra e afirmaram em seu relatório que “os contratos de prestação de serviços firmados pela MRV não passaram de simulacros”, e ainda registraram o fato de que os proprietários dessas empresas terceirizadas eram ex-funcionários da própria empresa MRV.

Vale ressaltar que os últimos governos da república brasileira vêm demonstrando esforços para combater com mais eficácia a chaga do trabalho escravo ou análogo ao de escravo em nosso país, ações que ultimamente estão a cargo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E a propósito, é importante destacar, este é um assunto que, não obstante alguns avanços alcançados já desde o governo Fernando Henrique Cardoso, realmente ainda envergonha e constrange o Brasil diante do cenário mundial, haja vista a renitência de casos como o que ora se denuncia.

Mas este episódio apresenta-se duplamente constrangedor, justamente pelo fato de estar ocorrendo em obras do maior programa habitacional do governo federal, que cabe combater, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, todas as práticas de irregularidades trabalhistas e dar proteção e segurança aos trabalhadores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Reveste-se de maior gravidade, o fato de que a empresa, segundo a matéria de Veja, por meio de seu dono, teria procurado diretamente o ministro do Trabalho para, ao invés de propor solução, reclamar da ação legítima e pertinente do órgão trabalhista, para retirar seu nome da chamada “lista suja”, e assim continuar se beneficiando de financiamentos e benesses públicas.

Por último, choca-nos o aspecto particular da denúncia, na qual a própria secretária de Fiscalização do Trabalho demonstra seu desânimo com o estado de frouxidão e de supostas relações suspeitas envolvendo uma das maiores construtoras do País na atualidade, a MRV, com órgãos do governo federal, quando afirma: “estão querendo pôr um cabresto político na inspeção do trabalho”.

Diante, pois, dessas denúncias estarrecedoras e do constrangimento que o assunto causa ao estado brasileiro, sobretudo por surgirem das relações do próprio Ministério do Trabalho e Emprego com empresas privadas, em detrimento do fiel cumprimento do papel que cabe aos fiscais do trabalho, e da luta que se trava para erradicar o trabalho escravo ou análogo ao de escravo em nosso país, resta a este parlamento a tarefa de buscar esclarecimentos sobre esses fatos.

Sala das Sessões, em de outubro de 2012.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR